

## DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR

Juiz Federal da Seção Judiciária da Bahia. Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. Mestre em Direito Econômico pela UFBA. Pós-graduado em Direito pela Universidade Lusíada (Porto/Portugal) e pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Ex-Promotor de Justiça do Estado da Bahia (1992-1995). Ex-Procurador da República (1995-1999). Professor-Doutor (concursado) de Direito Constitucional da Universidade Católica do Salvador. Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal da Bahia e professor-visitante do Mestrado da Universidade Federal de Alagoas. Professor-Conferencista de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado da Bahia (EMAB), da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia (FESMIP), da Escola Judicial do TRT da 5ª Região (Bahia) e TRT da 19ª Região (Alagoas). Professor-Coordenador do Curso de Pós-graduação em Direito do Estado da Faculdade Baiana de Direito e do Curso *Juspodivm*. Professor de Direito Constitucional e Administrativo dos Cursos *Juspodivm*. Professor e Coordenador do Núcleo de Direito do Estado da Faculdade Baiana de Direito. Membro da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC). Presidente fundador do Instituto de Direito Constitucional da Bahia (IDCB). Autor de diversos artigos publicados em obras coletivas e revistas especializadas e dos livros *“Curso de Direito Constitucional”* (Editora Juspodivm); *“Controle Judicial das Omissões do Poder Público”* (Editora Saraiva); *“Controle de Constitucionalidade”* (Editora Juspodivm); *“Direito Penal-parte geral”* (Editora Juspodivm), *“Curso de Direito Administrativo”* (Editora Juspodivm) e *“EC 45/2004: Comentários à Reforma do Poder Judiciário”* (em co-autoria com Carlos Rátis) (Editora Juspodivm).

# CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

14ª edição  
Revista, ampliada e atualizada.

2015

 EDITORA  
JusPODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: [fale@editorajuspodivm.com.br](mailto:fale@editorajuspodivm.com.br)

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** Cendi Coelho ([cendicoelho@gmail.com](mailto:cendicoelho@gmail.com))

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>NOTA À DÉCIMA QUARTA EDIÇÃO .....</b>	<b>17</b>
 <b>Capítulo I</b>	
<b>O DIREITO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>19</b>
1. O Direito Administrativo .....	19
1.1. Origem e desenvolvimento do Direito Administrativo .....	19
1.2. Conceito e objeto do Direito Administrativo .....	20
1.3. Fontes do Direito Administrativo .....	23
1.4. Interpretação do Direito Administrativo .....	24
2. A Administração Pública .....	25
2.1. Estado .....	25
2.2. Administração Pública .....	26
2.3. Função Administrativa e Função Política (ou de Governo) .....	29
3. O Regime Jurídico-Administrativo .....	30
3.1. Conceito .....	30
3.2. Conteúdo .....	33
3.2.1. Considerações gerais acerca dos princípios jurídicos .....	33
3.2.2. Supremacia do interesse público sobre o interesse privado .....	35
3.2.3. Indisponibilidade do interesse público .....	37
3.2.4. Princípio da Legalidade .....	37
3.2.5. Princípio da Impessoalidade .....	38
3.2.6. Princípio da Moralidade .....	39
3.2.7. Princípio da Publicidade .....	42
3.2.8. Princípio da Eficiência .....	44
3.2.9. Princípio da Finalidade Pública .....	46
3.2.10. Princípio da Presunção de Legitimidade .....	47
3.2.11. Princípio da Autotutela .....	47
3.2.12. Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos .....	49
3.2.13. Princípio do Devido Processo Legal, da Razoabilidade e Proporcionalidade .....	50
3.2.14. Princípio da Motivação .....	52
3.2.15. Princípio da Obrigatoriedade do Desempenho da Atividade Administrativa .....	54
3.2.16. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos .....	54
3.2.17. Princípio da Igualdade dos Administrados face a Administração Pública .....	54
3.2.18. Princípio da Segurança Jurídica .....	57
3.2.19. Princípio da Responsabilidade do Estado .....	57
3.2.20. Princípio da obrigatoriedade da licitação .....	58
3.2.21. Princípio da Precedência da Administração Fazendária .....	58
3.2.22. Princípio do Concurso Público .....	59

4. Quadro Sinótico .....	59
5. Jurisprudência Aplicada.....	62
6. Questões.....	65

## Capítulo II

### **DEVERES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..... 69**

1. Considerações Gerais .....	69
2. Deveres Da Administração Pública .....	69
2.1. Dever de Agir .....	70
2.2. Dever de Juridicidade.....	71
2.3. Dever de Probidade .....	71
2.4. Dever de Eficiência .....	72
2.5. Dever de Prestação de Contas.....	72
3. Poderes da Administração Pública .....	72
3.1. Poder vinculado .....	73
3.2. Poder Discricionário.....	74
3.3. Poder hierárquico .....	77
3.4. Poder disciplinar.....	78
3.5. Poder normativo e regulamentar.....	82
3.6. Poder de Polícia.....	84
3.6.1. Conceito .....	84
3.6.2. Fundamento do exercício do poder de polícia administrativa .....	86
3.6.3. Finalidade do poder de polícia administrativa .....	86
3.6.4. Objeto do poder de polícia administrativa .....	86
3.6.5. Motivo do poder de polícia administrativa .....	87
3.6.6. Manifestação do poder de polícia administrativa .....	87
3.6.7. Setores do poder de polícia administrativa .....	87
3.6.8. Atributos do poder de polícia.....	87
3.6.9. Requisitos ou elementos do poder de polícia administrativa.....	88
3.6.10. Delegação do poder de polícia administrativa.....	88
3.6.11. Sanções aplicáveis em razão do exercício do poder de polícia administrativa .....	89
3.6.12. Características do poder de polícia administrativa .....	89
3.6.13. Controle do poder de polícia administrativa .....	90
4. Uso e abuso do Poder.....	90
4.1. Excesso de Poder.....	90
4.2. Desvio de Poder .....	91
5. Quadro sinótico .....	91
6. Jurisprudência aplicada .....	92
7. Questões de concursos .....	94

## Capítulo III

### **ATOS ADMINISTRATIVOS..... 101**

1. Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos .....	101
2. Atos da Administração e atos administrativos.....	102

3. Conceito de ato administrativo .....	103
4. Atributos do ato administrativo .....	106
4.1. Presunção de legitimidade e de veracidade .....	106
4.2. Imperatividade .....	106
4.3. Exigibilidade .....	107
4.4. Executoriedade (ou auto-executoriedade) .....	107
4.5. Tipicidade.....	108
5. Perfeição, validade e eficácia Do ato administrativo.....	108
6. Elementos ou requisitos do ato administrativo .....	110
6.1. Sujeito competente.....	110
6.2. Finalidade pública.....	111
6.3. Forma prescrita em lei.....	112
6.4. Motivo.....	113
6.5. Objeto.....	114
6.6. Conteúdo.....	114
6.7. Causa .....	115
7. Elementos e pressupostos do ato administrativo segundo Formulação de Celso Antônio Bandeira de Mello .....	115
8. O Silêncio Administrativo .....	116
9. Classificação dos atos administrativos .....	118
9.1. Classificação genérica .....	118
9.2. Classificação específica ou tipológica.....	121
10. Extinção dos atos administrativos.....	125
10.1. Considerações gerais .....	125
10.2. Revogação .....	127
10.2.1. Sujeito ativo .....	127
10.2.2. Objeto da revogação .....	127
10.2.3. Fundamentos da revogação.....	128
10.2.4. Limites da revogação .....	128
10.2.5. Motivos da revogação .....	128
10.2.6. Efeitos da revogação .....	128
10.2.7. Natureza jurídica do ato revogador.....	128
10.2.8. Revogação e indenização .....	128
10.3. Invalidação .....	128
10.3.1. Sujeito ativo .....	129
10.3.2. Objeto da invalidação .....	129
10.3.3. Fundamentos da invalidação .....	129
10.3.4. Motivos da invalidação .....	129
10.3.5. Efeitos da invalidação .....	129
10.4. Classificação da invalidação .....	129
10.5. Prescrição e decadência administrativa.....	132
10.6. Coisa Julgada Administrativa.....	134
11. Quadro sinótico .....	135
13. Jurisprudência aplicada .....	139
12. Questões de concursos .....	141

**CAPÍTULO IV**

<b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>155</b>
1. Considerações Gerais.....	155
2. Formas de realização da função administrativa: centralização e descentralização, concentração e desconcentração.....	157
3. Administração Direta.....	159
3.1. Órgão Público. Conceito.....	160
3.2. Classificação dos órgãos públicos.....	161
3.2.1. Quanto a sua posição estatal ou quanto à hierarquia.....	161
3.2.2. Quanto à estrutura do órgão público.....	163
3.2.3. Quanto à esfera de atuação dos órgãos públicos.....	163
3.2.4. Quanto à composição ou atuação funcional dos órgãos públicos.....	164
4. Administração Indireta.....	164
4.1. Autarquias.....	166
4.2. Fundações Públicas.....	168
4.3. Agências reguladoras.....	170
4.4. Agências executivas.....	173
4.5. Empresas estatais.....	175
4.6. Consórcio Público.....	178
4.6.1. Conceito e natureza.....	179
4.6.2. Objetivos.....	180
4.6.3. Do Protocolo de Intenções.....	182
4.6.4. Do Contrato de Rateio.....	183
4.6.5. Do Contrato de Programa.....	184
5. Quadro sinótico.....	186
7. Jurisprudência Aplicada.....	188
8. Questões.....	190

**Capítulo v**

<b>TERCEIRO SETOR: OS ENTES DE COOPERAÇÃO.....</b>	<b>203</b>
1. Considerações Gerais.....	203
2. Serviços Sociais Autônomos.....	204
3. Entidades de Apoio.....	205
4. Organizações Sociais – “OS”.....	207
5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – “OSCIP’s”.....	211
6. Quadro sinótico.....	215
7. Jurisprudência Aplicada.....	215
8. Questões.....	217

**Capítulo VI**

<b>SERVIÇOS PÚBLICOS.....</b>	<b>221</b>
1. Conceito.....	221
2. Elementos constitutivos.....	223
2.1. Elemento subjetivo.....	223
2.2. Elemento formal.....	224
2.3. Elemento material.....	224

3. Princípios que se aplicam ao serviço público.....	225
3.1. Princípio da Continuidade do Serviço Público.....	225
3.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico.....	225
3.3. Princípio da Igualdade.....	226
3.4. Princípio da Atualidade.....	226
3.5. Princípio da modicidade das tarifas .....	226
3.6. Princípio da cortesia no tratamento com o público.....	226
3.7. Princípio da generalidade.....	227
4. Classificação do serviço público .....	227
4.1. Serviços públicos próprios e impróprios .....	227
4.2. Quanto ao objeto .....	228
4.3. Serviços uti singuli e serviços uti universi .....	228
4.4. Quanto à maneira como concorrem para satisfazer ao interesse social .....	228
4.5. Serviços públicos e serviços de utilidade pública.....	229
5. Formas de prestação e meios de execução dos serviços públicos .....	230
6. Delegação do serviço público .....	230
6.1. Concessão de serviço público .....	231
6.2. Permissão de serviço público .....	232
6.3. Autorização de serviço público .....	232
7. Quadro sinótico .....	232
8. Jurisprudência aplicada .....	234
9. Questões de concursos .....	237

## CAPÍTULO VII

<b>SERVIDORES PÚBLICOS .....</b>	<b>241</b>
1. Agentes públicos .....	241
2. Espécies de agentes públicos.....	242
2.1. Agentes políticos .....	242
2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado.....	244
2.2.1. Servidores públicos.....	244
2.2.1.1. O Regime Jurídico Único.....	249
2.2.2. Servidores empregados (ou empregados públicos).....	250
2.2.3. Servidores temporários .....	252
2.2.4. Militares .....	254
2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado .....	254
3. Cargo, emprego e função pública .....	255
3.1. Considerações conceituais e distintivas .....	255
3.2. Acesso.....	257
3.3. Concurso Público.....	259
3.3.1. Concurso público e pessoa com deficiência .....	265
4. Provimento .....	266
4.1. Provimento originário ou autônomo .....	266
4.2. Provimento derivado.....	267
4.2.1. Provimento derivado vertical.....	267
4.2.2. Provimento derivado horizontal.....	268
4.2.3. Provimento derivado por reingresso .....	269

5. Vacância.....	271
6. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.....	272
7. Remuneração e subsídio .....	276
7.1. Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	278
7.3. Limites à remuneração e ao subsídio.....	280
7.4. Proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.....	287
7.5. Proibição de vinculação e equiparação de remuneração e subsídio.....	291
8. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve .....	292
9. Previdência social do servidor público.....	294
9.1. Regimes Previdenciários .....	295
9.2. Aposentadoria e Pensão .....	297
9.2.1. A Previdência do Servidor após a EC 20/1998.....	297
9.2.2. A Previdência do Servidor após a EC 41/2003.....	302
9.2.3. A Previdência do Servidor após a EC 47/2005.....	312
9.2.4. A Previdência do Servidor após a EC 70/2012.....	313
9.2.5. A Pensão por Morte do Servidor e a Medida Provisória nº 664, de 30/12/2014.....	316
10. Quadro sinótico .....	323
11. Jurisprudência aplicada .....	328
12. Questões de provas de concursos .....	342

## Capítulo VIII

### RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO

#### POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS..... 353

1. Considerações gerais e evolução da responsabilidade do Estado .....	353
1.1. Distinção entre a responsabilidade administrativa e a responsabilidade civil do Estado .....	354
1.2. Distinção entre a responsabilidade civil do Estado e a responsabilidade civil submetida ao direito privado.....	354
1.3. Distinção entre responsabilidade civil do Estado e sacrifício de Direito.....	354
1.4. Evolução da responsabilidade do Estado.....	355
1.4.1. Fase da irresponsabilidade do Estado (teoria regalana) .....	355
1.4.2. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Privado (teorias civilistas) .....	355
1.4.3. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Público (teorias publicistas) .....	356
2. Teoria da culpa administrativa ou culpa do serviço .....	357
3. Teoria do risco.....	357
4. Responsabilidade do Estado no Direito brasileiro .....	358
4.1. Responsabilidade por ação ou ato comissivo do Estado.....	362
4.1.1. Por comportamentos lícitos .....	363
4.1.2. Por comportamentos ilícitos .....	363
4.2. Responsabilidade por omissão do Estado .....	364
4.2.1. Fato da natureza .....	366



4.2.2. Comportamento material de terceiros .....	367
4.3. Responsabilidade em razão de atuação positiva do Estado propiciatória de risco de dano .....	367
5. O dano indenizável .....	368
6. Causas excludentes da responsabilidade do Estado .....	369
7. O direito de regresso .....	370
8. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais .....	373
9. Quadro sinótico .....	375
10. Jurisprudência aplicada .....	377
11. Questões .....	384

## **Capítulo IX**

<b>BENS PÚBLICOS .....</b>	<b>391</b>
1. Conceito .....	391
2. Classificação dos bens públicos .....	391
3. Características dos bens públicos .....	393
3.1. Inalienabilidade .....	394
3.2. Impenhorabilidade .....	394
3.3. Imprescritibilidade .....	396
3.4. Impossibilidade de oneração .....	397
4. Uso dos bens públicos por particular .....	397
4.1. Uso comum .....	397
4.1.1. Ordinário .....	398
4.1.2. Extraordinário .....	398
4.2. Uso privativo ou especial .....	398
4.2.1. Uso de “bens públicos afetados” por particular .....	399
4.2.1.1. Autorização de uso .....	399
4.2.1.2. Permissão de uso .....	399
4.2.1.3. Concessão de uso .....	400
4.2.2. Uso de “bens públicos não-afetados” por particular .....	400
4.2.2.1. Locação .....	400
4.2.2.2. Arrendamento .....	401
4.2.2.3. Enfitese ou aforamento .....	401
4.2.2.4. Cessão de uso .....	402
4.2.2.5. Concessão de direito real de uso .....	403
5. Bens públicos em espécie .....	404
5.1. Terrenos de marinha e seus acréscidos .....	404
5.2. Terrenos reservados e seus acréscidos .....	405
5.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios .....	406
5.4. Faixa de fronteira .....	406
5.5. Terras devolutas .....	406
6. Quadro sinótico .....	408
7. Jurisprudência aplicada .....	410
8. Questões .....	413

**Capítulo X**

<b>INTERVENÇÕES ESTATAIS NA PROPRIEDADE.....</b>	<b>417</b>
1. Considerações iniciais.....	417
2. MODALIDADES.....	417
3. Limitações administrativas .....	418
4. Servidão administrativa ou pública .....	419
5. Ocupação temporária .....	420
6. Requisição administrativa.....	421
7. Tombamento.....	422
7.1. Objeto do tombamento.....	423
7.2. Modalidades.....	423
7.2.1. Quanto à constituição .....	423
7.2.2. Quanto à eficácia.....	424
7.2.3. Quanto aos destinatários .....	424
7.3. Efeitos .....	424
7.4. Natureza jurídica .....	425
8. Desapropriação .....	426
8.1. Conceito .....	426
8.2. Procedimento.....	427
8.2.1. Fase declaratória.....	428
8.2.2. Fase executória.....	429
8.3. Modalidades de desapropriação.....	431
8.3.1. Desapropriação para fins de reforma agrária .....	431
8.3.2. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana .....	435
8.4. Sujeitos ativo e passivo da desapropriação .....	437
8.5. Pressupostos .....	437
8.6. Objeto.....	438
8.7. A indenização.....	439
8.8. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo .....	441
8.9. Direitos do desapropriado.....	442
8.10. Desapropriação por zona .....	444
9. Quadro sinótico .....	445
9. Jurisprudência aplicada .....	447
10. Questões de concursos .....	452

**Capítulo XI**

<b>LICITAÇÃO .....</b>	<b>461</b>
1. Conceito, fins e objeto .....	461
2. Princípios da licitação.....	461
2.1. Princípio da legalidade .....	462
2.2. Princípio da impessoalidade .....	462
2.3. Princípio da igualdade.....	462
2.4. Princípio da publicidade.....	464
2.5. Princípio da moralidade e probidade administrativa .....	464
2.6. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	465

2.7. Princípio do julgamento objetivo.....	465
2.8. Princípio da Licitação sustentável ou Licitação verde .....	465
3. Obrigatoriedade da licitação .....	466
4. Dispensa e inexigibilidade de licitação .....	467
4.1. Licitação dispensada.....	468
4.2. Licitação dispensável.....	471
4.3. Inexigibilidade de Licitação.....	476
5. Modalidades de licitação .....	477
A Lei nº 8.666/93, em seu art. 22, prevê 05 (cinco)	
modalidades de licitação, quais sejam: .....	477
5.1. Concorrência.....	478
5.2. Tomada de preços .....	479
5.3. Convite .....	480
5.4. Concurso .....	481
5.5. Leilão.....	481
5.6. Pregão.....	481
6. Procedimento.....	481
6.1. Procedimento da concorrência .....	483
6.2. Procedimento da tomada de preços.....	490
6.3. Procedimento do convite .....	491
6.4. Procedimento do concurso.....	491
6.5. Procedimento do leilão.....	491
6.6. Procedimento do pregão .....	492
7. Anulação e revogação da licitação .....	494
8. Recurso administrativo .....	494
9. Regime diferenciado de contratações públicas (rdc) .....	495
10. Quadro sinótico .....	497
11. Jurisprudência aplicada .....	500
12. Questões.....	503

## Capítulo XII

<b>CONTRATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>515</b>
1. Considerações iniciais.....	515
2. Conceito e características .....	516
2.1. A presença da Administração Pública com prerrogativas públicas .....	516
2.2. A finalidade pública .....	516
2.3. A obediência à forma prescrita em lei .....	516
2.4. O procedimento legal .....	517
2.5. A natureza de contrato de adesão.....	518
2.6. A natureza intuitu personae .....	518
2.7. A presença de cláusulas exorbitantes .....	518
2.7.1. Exigência de garantia.....	519
2.7.2. Alteração unilateral.....	519
2.7.3. Rescisão unilateral .....	520
2.7.4. Fiscalização .....	521
2.7.5. Aplicação de penalidade .....	522

2.7.6. Anulação .....	522
2.7.7. Retomada do objeto .....	522
2.7.8. Restrição ao emprego da cláusula da exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus) .....	523
2.8. A mutabilidade .....	523
2.8.1. Fato do Príncipe .....	524
2.8.2. Fato da Administração .....	525
2.8.3. Teoria da Imprevisão .....	525
3. Duração e prorrogação do contrato administrativo .....	526
4. Rescisão do contrato administrativo .....	527
5. Modalidades de contratos administrativos .....	528
5.1. Concessão de serviço público .....	528
5.1.1. Conceito .....	528
5.1.2. Da tarifa .....	528
5.1.3. Da licitação .....	529
5.1.4. Cláusulas essenciais .....	530
5.1.5. Encargos do Poder Concedente .....	531
5.1.6. Encargos da concessionária .....	531
5.1.7. Intervenção na concessão .....	532
5.1.8. Extinção da concessão .....	532
5.2. Concessão de serviço público precedida de obra pública ou concessão de obra pública .....	534
5.3. Permissão de serviço público .....	534
5.4. Contrato de parceria público-privada .....	535
5.4.1. Conceito e modalidades .....	535
5.4.2. Diretrizes a serem observadas no contrato de parceria público-privada .....	536
5.4.3. Cláusulas essenciais do contrato de parceria público-privada .....	536
5.4.4. Das garantias no contrato de parceria público-privada .....	539
5.4.5. Da sociedade de propósito específico .....	540
5.4.6. Da licitação .....	540
5.4.7. Disposições da Lei 11.079/04 aplicáveis à União .....	542
5.5. Concessão de uso de bem público .....	543
6. Convênio .....	543
7. Consórcio administrativo .....	543
7.1. Consórcios públicos .....	544
8. Quadro sinótico .....	546
10. Jurisprudência Aplicada .....	548
9. Questões .....	551

### Capítulo XIII

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>561</b>
1. Conceito .....	561
2. Modalidades do processo administrativo .....	562
3. Princípios do processo administrativo .....	563
4. Fases do processo administrativo .....	566
4.1. Instauração .....	566

4.2. Instrução .....	567
4.3. Relatório.....	568
4.4. Decisão .....	568
4.5. Do Recurso Administrativo e da Revisão .....	568
5. Caráter subsidiário da Lei 9.784/99 .....	570
6. Processo Administrativo Disciplinar .....	570
6.3. Do Julgamento .....	576
6.4. Da Revisão do Processo .....	577
7. Processo sumário .....	577
8. Quadro sinótico .....	578
9. Jurisprudência aplicada .....	580
8. Questões.....	583

## Capítulo XIV

<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>589</b>
1. Probidade e Moralidade Administrativas. Conceito de Improbidade Administrativa e a Lei nº 8.429/92 .....	589
2. Sujeito passivo do ato de improbidade .....	590
3. Sujeito ativo do ato de improbidade .....	591
4. Os atos de improbidade .....	594
5. Sanções aplicáveis ao ato de improbidade .....	599
6. A ação judicial por ato de improbidade.....	600
7. Competência .....	601
8. A Lei Anticorrupção.....	602
9. Quadro sinótico .....	606
11. Jurisprudência aplicada .....	607
10. Questões.....	611

## Capítulo XV

<b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>615</b>
1. Conceito .....	615
2. Espécies .....	615
2.1. Quanto ao órgão .....	616
2.2. Quanto ao momento .....	616
2.3. Quanto ao aspecto controlado .....	616
2.4. Quanto à extensão ou amplitude.....	617
3. Controle administrativo .....	617
3.1. Conceito .....	617
3.2. Recursos Administrativos .....	617
4. Controle legislativo.....	618
5. Controle judicial.....	620
5.1. Conceito e extensão.....	620
5.2. Meios de controle: as ações constitucionais.....	620
6. Quadro Sinótico .....	622
7. Jurisprudência aplicada .....	623
8. Questões de concursos .....	626

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>629</b>
---------------------------	------------